

ONGA's portuguesas aderem a plataforma internacional em defesa dos fundos oceânicos

PORTUGAL DEVE DEFENDER MORATÓRIA SOBRE ARRASTO DE FUNDO EM ALTO MAR

Lisboa, 30 de Maio de 2006 - As três maiores organizações não governamentais de defesa do ambiente portuguesas aderiram hoje à *Plataforma para a Conservação dos Fundos Oceânicos (DSCC)*¹, num workshop organizado em colaboração com a Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento (FLAD)²;

A DSCC foi criada em 2004 para promover uma moratória das Nações Unidas sobre arrasto de fundo em alto mar, uma das técnicas de captura mais predadoras, responsável pela destruição dos frágeis ecossistemas existentes nos montes submarinos e nos corais de água fria;

GEOTA, LPN e Quercus tornam-se assim membros efectivos de uma plataforma (DSCC) que inclui mais de 50 organizações não governamentais de todo o mundo³;

“A participação dos nossos amigos portugueses fará uma enorme diferença,” disse Matthew Gianni, conselheiro da DSCC, “O papel de Portugal é fundamental nas negociações sobre as medidas de preservação da biodiversidade em mar profundo, que actualmente decorrem em Bruxelas e Nova Iorque”;

Ao longo dos últimos três anos a Assembleia-geral da ONU tem vindo a discutir se se deve ou não proibir interinamente o arrasto de fundo em alto mar. As negociações serão reiniciadas em Nova Iorque, dentro de duas semanas, estando prevista a adopção de uma decisão final em Novembro deste ano;

“Os danos irreversíveis causados pela pesca de arrasto de fundo sobre a biodiversidade dos fundos oceânicos constituem um caso típico de *longe da vista, longe do coração*”, disse Mário Diniz, da Quercus. “Ao juntarmo-nos à DSCC, daremos visibilidade a este assunto em Portugal. Os decisores e os comentadores políticos não poderão continuar a fazer vista grossa”.

¹ www.savethehighseas.org

² www.flad.pt

³ www.quercus.pt, www.geota.pt, www.lpn.pt



"Existem provas irrefutáveis de que o arrasto de fundo em alto mar destrói corais de águas frias que levaram milhares de anos a crescer, assim como muitas espécies marinhas de águas profundas, tanto conhecidas como desconhecidas", referiu Ricardo Lemos, da LPN. "Como guardião da herança comum da humanidade, a comunidade internacional, através da Assembleia-geral das Nações Unidas, tem a obrigação especial de adoptar medidas de conservação eficazes; neste caso, uma moratória sobre a pesca de arrasto de fundo em alto mar."

"A controvérsia sobre a pesca de arrasto de fundo em alto mar constitui uma oportunidade para Portugal", disse Joaquim M. Rocha Afonso do GEOTA. "O nosso país tem de agir em conformidade com o compromisso que expressou várias vezes durante a última década, para ser um líder mundial na governança e conservação dos oceanos."

Segundo Monica Verbeek, responsável para assuntos de pesca do *Seas at Risk*, uma federação europeia de organizações ambientais: "Se os países da União Europeia pararem as práticas de pesca destrutivas, agirão de acordo com o compromisso colectivo da UE para colocar a sustentabilidade em primeiro lugar".

No *workshop* de hoje em Lisboa, os porta-vozes da DSCC expressaram o seu desapontamento acerca da falta de liderança portuguesa neste assunto, até ao momento: "Ao observarmos os representantes portugueses em Bruxelas e Nova Iorque, ficámos com a impressão de que a posição de Portugal é ditada por Madrid,⁴" referiu o conselheiro político da DSCC, Rémi Parmentier. "É necessário haver mais atenção, mais discussão pública e mais transparência".

Para mais informações:

GEOTA, Joaquim M. Rocha Afonso, 91 760 49 67

LPN, Ricardo Lemos, 96 460 06 90

QUERCUS, Mário Diniz, 96 706 95 99

SEAS-AT-RISK, Monica Verbeek, 96 561 78 46

⁴ A frota apoiada pelo governo espanhol é responsável por cerca de 40 % do total mundial de capturas realizadas com arrasto de fundo em alto mar. Os responsáveis espanhóis pela política de pescas estão envolvidos numa campanha para impedir a adopção de medidas efectivas por parte da Assembleia-geral da ONU.